

# Moratória não será suspensa, diz Bresser

GAZETA MERCANTIL

David Extern

28 SET 1987

28 SET 1987

por Celso Pinto  
de Nova York

A negociação da dívida brasileira com os bancos privados, aberta na sexta-feira, em Washington, deverá ser longa e difícil, dadas as diferenças iniciais de posições. A disposição, contudo, é manter certa flexibilidade que evite um confronto mais grave.

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, explicou a este jornal, pouco antes de sair de Nova York, na tarde de sexta-feira, quais são alguns dos parâmetros que orientam a postura brasileira. Sua previsão, antes que a reunião do comitê tivesse terminado, era de que o início das discussões mais práticas em torno de uma proposta ficará para uma próxima reunião com o comitê, no início de outubro. O acordo, provavelmente, só seria fechado nos próximos meses.

Antes disso, para evitar a reclassificação dos empréstimos brasileiros, o governo estaria disposto a fazer um pagamento simbólico de juros aos bancos, um

"token payment", desde que fosse uma única vez, um montante razoável e no contexto de uma negociação séria. O comitê, que cuida da classificação dos empréstimos bancários nos Estados Unidos, reúne-se no próximo dia 26 de outubro.

Em contrapartida, disse Bresser Pereira, o Brasil não aceita discutir nenhuma hipótese que implique suspensão da moratória. Por essa razão, ele considera inaceitáveis todas as idéias que os bancos e o Tesouro norte-americano têm levantado sobre acordos provisórios. Ele rejeita a hipótese mesmo que ela implique que os bancos refinanciem um certo montante de juros equivalente ao que o País voltaria a pagar.

Bresser Pereira e os outros membros da equipe evitam classificar a moratória como arma de negociação, mas, efetivamente, não estão dispostos a abrir mão desse trunfo. Um assessor do ministro argumentou a este jornal que não se trata apenas de razões políticas. Os bancos têm colocado na mesa a questão da retomada dos pagamentos dos juros alegando que, com os enormes superávits comerciais recentes e com o aumento das reservas, o País não tem mais razões econômicas para manter a moratória.

"Quando o Brasil declarou a moratória, a perspectiva era de um superávit comercial de US\$ 5 bilhões neste ano, hoje já se fala em US\$ 10 bilhões", disse a este jornal, na quarta-feira, um importante membro do comitê dos bancos. A equipe econômica brasileira está-se esforçando para minimizar esse ponto. Como disse o assessor do ministro, de fato as reservas estão hoje acima de US\$ 4 bilhões, mas a maior parte desses recursos são passivos de curto prazo, especialmente depósitos de outros bancos brasileiros no Banco do Brasil. Ou seja, compõem, de fato, as reservas, mas podem não estar disponíveis num prazo curtíssimo.

"De nada adiantaria suspender a moratória por três meses para depois voltar a não pagar os juros", argumenta o técnico do governo. Existe também uma avaliação política na medida de que a suspensão da moratória teria repercussões desastrosas caso não fosse acompanhada de algum acordo vantajoso.

Outro ponto que o ministro da Fazenda considera inegociável é a proposta brasileira de emitir títulos de longo prazo para substituição voluntária da dívida. O Brasil aceitou tornar voluntária a troca da dívida pelos títulos, mas decidiu apresentar a emissão como ato do governo, paralelo à negociação. O País consideraria a negociação prejudicada caso os bancos orquestrassem uma reação contrária aos títulos.

Na verdade, esse é um ponto que levanta certa polêmica até mesmo

(Continua na página 18)

# Moratória não será...

por Celso Pinto  
de Nova York

(Continuação da 1ª página)  
dentro da equipe econômica. Nesta semana, por exemplo, os títulos do Tesouro norte-americano de trinta anos de prazo fecharam em alta, rendendo cerca de 9,7% ao ano para os investidores do mercado financeiro internacional.

O Brasil quer emitir papéis atraentes, com uma taxa de juro talvez em torno de 6% ao ano e prazo ao redor de trinta anos, segundo Bresser Pereira. A questão é saber por que um investidor iria preferir ganhar menos juros num papel mais arriscado.

Bresser Pereira está convencido de que os bancos se interessarão, porque estavam trocando ativos mais duvidosos (os empréstimos antigos ao Brasil) por títulos que teriam alguma garantia formal do governo e poderiam oferecer alguma rentabilidade, extra, dependendo da performance

da balança comercial e das reservas nos próximos anos. Uma cláusula nos papéis garantiria isso. Além disso, adquirir os títulos seria um estágio obrigatório para os credores que estivessem interessados em transformar dívidas em investimentos.

O entusiasmo do ministro com os títulos é justificado pelo fato de esta ser uma forma de introduzir alguma estabilidade no montante de pagamentos externos. Seria, a seu ver, a abertura de um caminho para uma solução de longo prazo.

O ministro admite, contudo, no contexto das negociações com os bancos, discutir questões como o nível da taxa de risco (o "spread", que a proposta brasileira prevê eliminar) e o montante de participação dos bancos. Neste último caso, contudo, a abordagem do lado brasileiro não coincide integralmente com a visão dos bancos.

Os bancos gostariam de abrir uma discussão sobre a origem dos recursos adicionais que o Brasil está pedindo até 1989. Consideraram excessivo o montante que cabe aos bancos e queriam ter alguma garantia de que parte do dinheiro viria no bojo de um acordo com o FMI, no próximo ano, de um aumento da participação do Banco Mundial e dos créditos oficiais.

Bresser Pereira diz que aceita apenas rediscutir o montante pedido em função das reestimativas para a balança comercial deste ano. Como a projeção do saldo é hoje maior, há espaço para reestimar as necessidades de recursos dos bancos. No entanto, em relação à proporção da participação dos recursos oficiais, o ministro é claro: se houver maior ingresso de dinheiro de fontes oficiais e multilaterais, irá engordar as reservas, não reduzir, na mesma proporção, a participação dos bancos.

Como se vê, é grande a distância entre a posição brasileira e a dos bancos. O ministro minimiza a possibilidade de um confronto. Caso os bancos cortassem as linhas de curto prazo ao Brasil, naturalmente o Brasil procuraria reter o máximo possível destes recursos. Neste caso, uma extensão da moratória para os recursos de curto prazo implicaria imediata desvalorização do valor destes créditos, talvez na mesma proporção do deságio hoje aplicado para os empréstimos de longo prazo ao Brasil, mais de 50%. A conclusão: como os bancos têm cerca de US\$ 15 bilhões em recursos de curto prazo no País, perderiam, com a desvalorização, mais de US\$ 7 bilhões.

Mesmo assim, Bresser admite que um confronto poderia trazer consequências negativas. Na verdade, ele aposta que a hipótese de uma ruptura é remota, não interessa a ninguém e acabará sendo evitada.

Um ingrediente-chave na postura brasileira será a paciência. Bresser lembra que, no documento em que várias organizações empresariais recentemente apoiaram sua proposta de negociação, está ressaltado que o Brasil não deverá ter pressa para fechar um acordo. A prioridade é negociar algo duradouro. O ministro acha que dispõe de um mandato claro para

discutir com os credores com calma.

## KISSINGER

### ELOGIOU A PROPOSTA

Esse ponto está claro para todos. "Esta não será uma negociação rápida", comentou, na sexta-feira pela manhã, o ex-secretário de Estado Henry Kissinger, depois de uma conversa com Bresser. "A atitude brasileira é construtiva", elogiou Kissinger ao referir-se às idéias contidas na proposta aos bancos. Em sua opinião, o que o Brasil está fazendo, corretamente, é buscar uma solução de longo prazo.

A conversa com Kissinger sucedeu a uma palestra que o ministro fez a um restrito grupo de ouvintes, a maioria banqueiros, no Conselho de Relações Exteriores, uma influente organização privada norte-americana, conhecida, entre outras coisas, por publicar a prestigiosa revista Foreign Affairs. A partir do sábado, em Washington, o ministro iniciaria uma maratona de encontros com banqueiros e autoridades no contexto da reunião anual do FMI e do Banco Mundial, que durará toda a semana. Em princípio, o ministro embarca de volta ao Brasil na quarta-feira à noite.

**DÍVIDA/JAPÃO** — As chances de o governo japonês rebaixar a classificação do Brasil no dia 30, quando vence o semestre fiscal naquele país, são de 60%, segundo o diretor-presidente do Banco de Tóquio, Toshiro Kobayashi.

O banqueiro acha que até quarta-feira é muito difícil ocorrer um fato novo que mude esta perspectiva pessimista.

A dívida do Brasil com os bancos japoneses soma US\$ 10 bilhões aproximadamente e 10% desse total são do Banco de Tóquio, o maior credor brasileiro do continente asiático. Kobayashi, que veio ao Rio na sexta-feira para uma palestra sobre o progresso tecnológico nos países do Terceiro Mundo na Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), afirmou que a entrevista do ministro das Finanças do Japão, Kiichi Miyazawa, na semana passada, defendendo novas propostas para diminuir o ônus da dívida dos países em desenvolvimento não se referiu em nenhum momento à proposta brasileira de aproveitar o deságio em que a dívida é atualmente negociada no mercado secundário.